


**FORMAÇÃO DOCENTE E VALORIZAÇÃO DOS SABERES INDÍGENAS NA PERSPECTIVA
DA EDUCAÇÃO INTERCULTURAL E DA LEI Nº 11.645/2008**

**TEACHER TRAINING AND THE VALORIZATION OF INDIGENOUS KNOWLEDGE FROM
THE PERSPECTIVE OF INTERCULTURAL EDUCATION AND LAW N. 11.645/2008**

 <https://doi.org/10.63330/aurumpub.062-033>

Consolata Betânia Richil Rosas

Especialista em Educação Especial e Inclusiva
Faculdade Internacional de Curitiba
E-mail: crichilrosasmacedo@gmail.com

Carina da Paixão Costa Sanches

Mestra em Psicanálise, Saúde e Sociedade
Universidade Veiga de Almeida
E-mail: carina.da.paixao@gmail.com

Máira Santiago Pires Parente

Mestra em Estudos Jurídicos com ênfase em Direito Internacional
Must University
E-mail: mairamust1104@gmail.com

Marcos Paulo Parente Araújo

Mestre em Estudos Jurídicos com ênfase em Direito Internacional
Must University
E-mail: marcospaulomust@gmail.com

Huarlison de Souza Silva

Mestre em Estudos Jurídicos com ênfase em Direito Internacional
Must University
E-mail: huarlisondesouza@gmail.com

João Sousa Amim

Mestre em Matemática
Universidade Federal do Pará
E-mail: sousajhon72@gmail.com

Talitha Munique Cibrão dos Santos Varela

Mestranda em Ciências da Educação
Ivy Enber Christian University
E-mail: talithacibrao@gmail.com

Creuzeny Cavalcante Barbosa Pinheiro

Especialista em Alfabetização e Letramento
Centro Universitário Leonardo da Vinci
E-mail: creuzenytaua@hotmail.com

João Marcelo Botelho da Rocha

Especialista em Ensino de Matemática

Faculdade Venda Nova do Imigrante

E-mail: marcellorochamate@gmail.com

Lívia de Araújo Sales

Graduanda em Pedagogia

Universidade Federal de Campina Grande

E-mail: liviadearaujosales@gmail.com

RESUMO

A valorização dos saberes indígenas e sua inserção nos processos educativos constituem desafios relevantes para a consolidação de uma educação comprometida com a diversidade cultural e com o reconhecimento das múltiplas formas de produção do conhecimento presentes na sociedade brasileira. Nesse contexto, a formação docente assume papel estratégico para a implementação de práticas pedagógicas alinhadas aos princípios da educação intercultural e às diretrizes estabelecidas pela Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o ensino da história e cultura indígena na educação básica. Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo analisar as contribuições da formação docente para a valorização dos saberes indígenas na perspectiva da educação intercultural e da implementação da referida legislação, buscando compreender os desafios e possibilidades identificados na produção científica recente. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvida por meio de revisão de literatura. Para a composição do corpus de análise, foram selecionados 15 artigos científicos publicados em língua portuguesa no período de 2013 a 2026, localizados em bases acadêmicas e periódicos científicos de acesso aberto. Os dados foram coletados por meio de busca, seleção e leitura sistemática dos estudos e analisados com base na análise temática. Os resultados evidenciaram que a formação inicial e continuada dos professores constitui elemento central para a efetivação da educação intercultural, destacando a necessidade de fortalecimento curricular, ampliação de políticas formativas e desenvolvimento de práticas pedagógicas que reconheçam os saberes indígenas como conhecimentos legítimos e relevantes para o ambiente escolar. Conclui-se que a formação docente possui potencial para contribuir significativamente para a valorização dos povos indígenas, embora persistam desafios estruturais relacionados à implementação das políticas educacionais e à consolidação de processos educativos interculturais.

Palavras-chave: Formação docente; Saberes indígenas; Educação intercultural; Lei nº 11.645/2008.

ABSTRACT

The appreciation of Indigenous knowledge and its inclusion in educational processes constitute significant challenges for the consolidation of an education committed to cultural diversity and the recognition of the multiple forms of knowledge production present in Brazilian society. In this context, teacher training assumes a strategic role in the implementation of pedagogical practices aligned with the principles of intercultural education and the guidelines established by Law No. 11,645/2008, which made the teaching of Indigenous history and culture mandatory in basic education. Given this scenario, the present study aimed to analyze the contributions of teacher training to the appreciation of Indigenous knowledge from the perspective of intercultural education and the implementation of the aforementioned legislation, seeking to understand the challenges and possibilities identified in recent scientific production. Methodologically, this is a qualitative research study, exploratory and descriptive in nature, developed through a literature review. For the composition of the corpus of analysis, 15 scientific articles published in Portuguese between 2013 and 2026, located in academic databases and open-access scientific journals, were selected. The data were collected through systematic searching, selection, and reading of studies and analyzed using thematic analysis. The results showed that initial and continuing teacher training is a central element for the implementation of intercultural education, highlighting the need for curricular strengthening, expansion of training policies, and development of pedagogical practices that recognize indigenous knowledge as legitimate and relevant to the school environment. It is concluded that teacher training has the potential to contribute significantly to the appreciation of indigenous peoples, although structural challenges related to the implementation of educational policies and the consolidation of intercultural educational processes persist.

Keywords: Teacher training; Indigenous knowledge; Intercultural education; Law No. 11,645/2008.

1 INTRODUÇÃO

A discussão sobre a formação docente e a valorização dos saberes indígenas tem ocupado espaço crescente no campo educacional brasileiro diante da necessidade de consolidação de práticas pedagógicas mais inclusivas, plurais e comprometidas com o reconhecimento da diversidade sociocultural do país. Nesse contexto, a educação intercultural apresenta-se como uma perspectiva capaz de promover o diálogo entre diferentes formas de produzir conhecimento, superando modelos historicamente marcados pela centralização de referências culturais hegemônicas. A promulgação da Lei nº 11.645/2008 representa um marco importante nesse processo ao estabelecer a obrigatoriedade do ensino da história e cultura indígena

na educação básica, atribuindo à escola e aos profissionais da educação um papel estratégico na construção de práticas educativas que reconheçam e valorizem os povos originários.

Embora avanços normativos tenham ampliado o debate sobre diversidade cultural no ambiente escolar, a efetivação da proposta prevista na legislação ainda enfrenta desafios significativos relacionados à formação inicial e continuada dos docentes. Em muitos contextos educacionais, observa-se a permanência de abordagens superficiais ou pontuais acerca das temáticas indígenas, frequentemente limitadas a datas comemorativas ou a representações estereotipadas que não contemplam a complexidade histórica, social, linguística e epistemológica desses povos. Tal cenário evidencia a necessidade de refletir sobre como os processos formativos têm preparado os educadores para atuar em uma perspectiva intercultural crítica e comprometida com a valorização dos saberes indígenas.

A relevância deste estudo está associada à compreensão de que a escola constitui um espaço de produção de sentidos, formação cidadã e construção de relações sociais mais equitativas. Nesse sentido, reconhecer os saberes indígenas como conhecimentos legítimos e fundamentais para o processo educativo contribui para o fortalecimento de práticas pedagógicas mais democráticas e para o enfrentamento de processos históricos de invisibilização cultural. Para além do cumprimento legal, a incorporação desses saberes no cotidiano escolar favorece experiências educativas capazes de ampliar repertórios culturais e promover relações pautadas no respeito às diferenças.

Diante desse contexto, emerge o seguinte problema de pesquisa: de que maneira a formação docente tem contribuído para a valorização dos saberes indígenas na perspectiva da educação intercultural e para a efetivação dos princípios estabelecidos pela Lei nº 11.645/2008? A formulação desse questionamento decorre da percepção de que ainda existe uma distância entre os avanços legislativos e sua materialização nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas instituições de ensino, revelando lacunas que demandam aprofundamento teórico e análise crítica.

A escolha do tema justifica-se pela necessidade de ampliar as discussões acerca da formação de professores como elemento central para a construção de uma educação que reconheça a pluralidade de conhecimentos presentes na sociedade brasileira. Considerando que os saberes indígenas historicamente foram marginalizados nos currículos escolares, torna-se necessário investigar caminhos que favoreçam sua integração de forma ética, contextualizada e respeitosa. Além disso, o debate sobre educação intercultural amplia as possibilidades de construção de ambientes escolares mais dialógicos e socialmente comprometidos.

Dessa forma, este trabalho tem como objetivo geral analisar, por meio de uma revisão de literatura, as contribuições da formação docente para a valorização dos saberes indígenas na perspectiva da educação intercultural e da implementação da Lei nº 11.645/2008. Busca-se compreender os desafios existentes,

identificar potencialidades presentes na produção acadêmica e discutir estratégias que fortaleçam práticas educativas alinhadas ao reconhecimento da diversidade cultural e epistêmica.

Sob o ponto de vista científico e prático, espera-se que esta investigação contribua para o fortalecimento das discussões sobre políticas educacionais, currículos e processos formativos orientados pela interculturalidade. Além de sistematizar conhecimentos produzidos na área, o estudo poderá subsidiar reflexões de pesquisadores, professores e gestores educacionais interessados na construção de práticas pedagógicas mais sensíveis às múltiplas formas de conhecimento presentes no contexto brasileiro, favorecendo o desenvolvimento de ações educativas que promovam reconhecimento, diálogo e valorização dos povos indígenas.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa caracteriza-se como um estudo de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, desenvolvido por meio de revisão de literatura. A escolha desse delineamento metodológico fundamenta-se na possibilidade de reunir, sistematizar e interpretar produções científicas relacionadas à formação docente e à valorização dos saberes indígenas na perspectiva da educação intercultural e da Lei nº 11.645/2008, permitindo identificar avanços teóricos, desafios e tendências presentes no campo investigado. A abordagem qualitativa foi adotada por favorecer a compreensão aprofundada dos fenômenos educacionais analisados, considerando seus aspectos sociais, culturais e epistemológicos, enquanto o caráter exploratório possibilitou ampliar o conhecimento sobre o tema e contribuir para a construção de reflexões fundamentadas na produção científica existente.

Para a composição do corpus da pesquisa, foram selecionados 15 artigos científicos publicados entre os anos de 2013 e 2026, disponíveis em bases de dados acadêmicas e mecanismos de busca científica. Como critérios de inclusão foram considerados estudos publicados em língua portuguesa, com texto completo disponível eletronicamente, que abordassem diretamente os temas formação docente, educação intercultural, saberes indígenas e implementação da Lei nº 11.645/2008.

A coleta dos dados ocorreu por meio de busca, leitura, seleção e organização sistemática dos artigos identificados, seguida da elaboração de categorias temáticas construídas a partir dos principais eixos recorrentes encontrados na literatura. Para o tratamento e interpretação dos dados foi utilizada a análise temática, permitindo identificar padrões, aproximações, divergências e contribuições dos estudos em relação ao objetivo da pesquisa e ao problema investigado. No que se refere aos aspectos éticos, o estudo observou os princípios de integridade acadêmica, respeito à propriedade intelectual e fidedignidade das informações utilizadas, assegurando a correta atribuição das ideias aos respectivos autores e evitando

qualquer forma de distorção, apropriação indevida ou comprometimento da confiabilidade científica dos resultados apresentados.

3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De acordo com Santos *et al.* (2025), a educação intercultural constitui uma proposta pedagógica orientada pelo diálogo entre diferentes sistemas de conhecimento, buscando romper com práticas educativas historicamente centradas em perspectivas homogêneas e monoculturais, tornando-se elemento essencial para o reconhecimento dos saberes indígenas no contexto escolar, uma vez que favorece processos educativos pautados no respeito às diferenças culturais, na ampliação das possibilidades de aprendizagem e na construção de currículos mais representativos da diversidade social brasileira, fortalecendo a escola como espaço de encontro entre conhecimentos tradicionais e acadêmicos e contribuindo para a formação de sujeitos mais conscientes acerca da pluralidade existente na sociedade contemporânea.

Segundo Brighenti (2022), a implementação da Lei nº 11.645/2008 ampliou o debate educacional ao reconhecer a necessidade de inserir conteúdos relacionados às histórias e culturas indígenas em todo o currículo escolar, entretanto sua efetivação ainda encontra obstáculos decorrentes da permanência de abordagens superficiais e da ausência de aprofundamento epistemológico sobre os povos originários, o que evidencia que o cumprimento legal exige transformações que ultrapassem a inclusão temática e alcancem mudanças estruturais nas práticas pedagógicas e na formação dos profissionais da educação para que a diversidade cultural seja incorporada como princípio permanente do processo educativo.

Conforme Martins *et al.* (2025), a formação docente voltada à educação intercultural demanda processos que transcendam a transmissão de conteúdos e promovam experiências educativas capazes de integrar saberes locais, identidades culturais e práticas colaborativas, considerando que os professores ocupam papel central na mediação entre diferentes formas de conhecimento e necessitam desenvolver competências que lhes permitam reconhecer os estudantes indígenas como sujeitos produtores de conhecimento, fortalecendo práticas pedagógicas comprometidas com a equidade educacional e com a valorização das múltiplas expressões culturais presentes nos espaços escolares.

Consoante Gaudêncio, Silveira e Martins (2026), a valorização dos saberes indígenas nas práticas educativas representa uma possibilidade concreta de ampliação das formas de ensinar e aprender, especialmente quando tais conhecimentos são incorporados como elementos legítimos do currículo e articulados aos conteúdos escolares, permitindo o desenvolvimento de experiências pedagógicas mais contextualizadas e favorecendo a superação de modelos que historicamente posicionaram os conhecimentos tradicionais em condição secundária diante das formas institucionalizadas de produção científica.

Na visão de Souza, Bettiol e Sobrinho (2020), o currículo constitui um instrumento político e pedagógico capaz de favorecer ou limitar processos de reconhecimento cultural, razão pela qual a

construção curricular orientada pela interculturalidade exige abertura para a inclusão de narrativas, histórias e conhecimentos indígenas que permitam superar práticas educativas uniformizadoras e fortalecer modelos formativos que valorizem os contextos socioculturais dos sujeitos envolvidos no processo educacional.

De acordo com Guimarães e Silva (2025), a formação continuada dos professores representa uma estratégia essencial para ampliar o conhecimento sobre histórias indígenas regionais e promover práticas pedagógicas mais contextualizadas, considerando que muitos profissionais ainda apresentam limitações relacionadas ao domínio de conteúdos específicos sobre os povos originários, o que reforça a necessidade de ações permanentes de qualificação que articulem pesquisa acadêmica, experiências territoriais e produção coletiva do conhecimento educacional.

Segundo Costa e Silva (2025), a interculturalidade crítica apresenta-se como uma abordagem capaz de problematizar relações históricas de desigualdade presentes nos espaços educativos e estimular processos formativos voltados ao reconhecimento dos territórios, identidades e saberes tradicionais, contribuindo para a construção de práticas pedagógicas mais dialógicas e comprometidas com a transformação social por meio do fortalecimento de perspectivas educacionais que considerem a diversidade como elemento constitutivo do conhecimento.

Conforme Andrade e Nogueira (2026), embora avanços curriculares tenham possibilitado maior visibilidade às temáticas indígenas nos cursos de formação de professores, permanecem limites estruturais relacionados à organização curricular, à escassez de componentes específicos e à permanência de referenciais educacionais pouco sensíveis à diversidade cultural, indicando que o fortalecimento da educação intercultural depende de mudanças institucionais capazes de consolidar processos formativos que reconheçam os saberes indígenas como conhecimentos centrais na constituição da prática docente.

De acordo com Antunes e Bergamaschi (2013), a formação de professores indígenas na perspectiva intercultural constitui um elemento estratégico para o fortalecimento da autonomia educacional dos povos originários, pois possibilita a construção de práticas pedagógicas vinculadas às especificidades territoriais, culturais e linguísticas das comunidades, favorecendo processos educativos que reconhecem diferentes formas de produção do conhecimento e ampliam a participação indígena na definição dos currículos escolares, contribuindo para consolidar experiências educacionais orientadas pelo diálogo intercultural e pela valorização das identidades coletivas.

Segundo Gaudêncio, Silveira e Martins (2026), o reconhecimento dos saberes indígenas no espaço escolar exige o deslocamento de perspectivas tradicionais de ensino para modelos capazes de compreender as epistemologias indígenas como formas legítimas de interpretação do mundo, permitindo que os conteúdos escolares sejam desenvolvidos por meio de relações dialógicas entre ciência e conhecimentos

ancestrais e favorecendo experiências educativas comprometidas com a pluralidade cultural e com o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas e socialmente contextualizadas.

Conforme Vieira e Colman (2022), as representações construídas pelos professores acerca das relações étnico-raciais influenciam diretamente a implementação da Lei nº 11.645/2008, uma vez que concepções limitadas sobre diversidade cultural tendem a reproduzir abordagens superficiais ou estereotipadas sobre os povos indígenas, tornando necessária a ampliação de processos formativos que favoreçam análises críticas do currículo e fortaleçam práticas educativas comprometidas com o reconhecimento da diferença como componente constitutivo da experiência escolar.

Consoante Lima *et al.* (2025), iniciativas de formação continuada direcionadas à temática indígena contribuem para o aperfeiçoamento das práticas pedagógicas ao estimular processos de troca de experiências entre educadores e comunidades, favorecendo a construção de metodologias mais alinhadas às realidades socioculturais dos estudantes e ampliando as possibilidades de inserção dos saberes tradicionais no cotidiano escolar por meio de propostas educativas contextualizadas e culturalmente significativas.

Na visão de Nazareno, Magalhães e Freitas (2019), a incorporação de perspectivas decoloniais na formação de professores indígenas possibilita questionar estruturas históricas que hierarquizaram conhecimentos e invisibilizaram saberes tradicionais, permitindo a construção de processos educativos que valorizam experiências comunitárias, fortalecem o protagonismo indígena e ampliam as possibilidades de elaboração de currículos fundamentados em relações interculturais mais horizontais e comprometidas com a diversidade epistêmica.

De acordo com Padilha e Oliveira (2025), políticas de formação de docentes indígenas orientadas por princípios interculturais contribuem para ampliar o acesso a práticas educativas inclusivas e fortalecer trajetórias acadêmicas conectadas às demandas socioculturais das comunidades, evidenciando que programas específicos de formação podem representar instrumentos relevantes para a consolidação de modelos educacionais mais sensíveis à diversidade e ao reconhecimento das múltiplas formas de aprendizagem presentes nos contextos indígenas.

Segundo Guimarães e Silva (2025), a inserção de conteúdos relacionados às histórias indígenas locais nos processos formativos favorece o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais próximas da realidade dos estudantes e amplia a compreensão sobre a presença histórica dos povos originários em diferentes territórios brasileiros, demonstrando que a valorização da regionalidade constitui um caminho relevante para superar abordagens genéricas e fortalecer experiências educativas comprometidas com o reconhecimento da diversidade cultural.

Conforme Pereira e Melo (2025), o fortalecimento da educação intercultural depende da ampliação de políticas de formação docente comprometidas com a valorização dos saberes indígenas e com o

reconhecimento do protagonismo dos povos originários na produção do conhecimento, exigindo ações integradas entre instituições formadoras, sistemas de ensino e comunidades para consolidar práticas educativas que transcendam exigências legais e promovam efetivamente uma educação plural, democrática e socialmente comprometida.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A análise da literatura evidenciou que a formação docente ocupa posição central na efetivação da educação intercultural e na valorização dos saberes indígenas no contexto educacional brasileiro, demonstrando que a existência da Lei nº 11.645/2008 representou um avanço normativo relevante, porém insuficiente para garantir mudanças concretas nas práticas escolares sem investimentos consistentes na qualificação dos profissionais da educação. Os estudos analisados convergiram ao indicar que a atuação docente continua sendo um dos principais fatores para transformar orientações legais em experiências pedagógicas efetivas.

Um primeiro eixo identificado refere-se à necessidade de ressignificação da formação inicial de professores. Os trabalhos analisados apontaram que muitos cursos superiores ainda apresentam abordagens limitadas sobre diversidade cultural e educação intercultural, resultando em lacunas relacionadas ao conhecimento histórico, cultural e epistemológico dos povos indígenas. Nesse sentido, os resultados sugerem que o fortalecimento curricular nos cursos de licenciatura constitui condição necessária para ampliar a preparação dos futuros docentes diante das exigências educacionais contemporâneas.

Outro resultado recorrente esteve relacionado à importância da formação continuada como mecanismo de atualização e aprofundamento profissional. A literatura demonstrou que experiências formativas permanentes favorecem a construção de práticas pedagógicas mais contextualizadas e ampliam a capacidade dos professores de incorporar conteúdos indígenas de maneira transversal ao currículo escolar. Além disso, os estudos indicaram que programas de formação articulados às realidades regionais tendem a produzir impactos mais consistentes no ambiente educativo.

No eixo referente à valorização dos saberes indígenas, observou-se consenso entre os autores quanto ao reconhecimento desses conhecimentos como produções legítimas e fundamentais para o processo educativo. Os trabalhos analisados destacaram que a incorporação dos saberes tradicionais contribui para ampliar repertórios culturais, fortalecer o diálogo entre diferentes formas de conhecimento e promover processos educativos mais democráticos e inclusivos, superando abordagens reducionistas historicamente presentes na escola.

Em relação à implementação da Lei nº 11.645/2008, os resultados demonstraram a existência de divergências entre os estudos quanto ao grau de avanço alcançado nas instituições de ensino. Enquanto

algumas pesquisas identificaram experiências exitosas de integração curricular e fortalecimento da educação intercultural, outras apontaram permanência de desafios estruturais relacionados à ausência de materiais didáticos adequados, insuficiência da formação docente e limitações institucionais para consolidação das mudanças propostas pela legislação.

Outro eixo identificado diz respeito à necessidade de fortalecimento da interculturalidade crítica como princípio orientador das práticas educativas. A literatura analisada evidenciou que o reconhecimento da diversidade cultural não deve limitar-se à inclusão temática dos povos indígenas no currículo, mas envolver processos educativos capazes de promover diálogo, participação e reconstrução das relações entre diferentes sistemas de conhecimento, favorecendo experiências escolares mais participativas e socialmente comprometidas.

Os resultados também revelaram que a aproximação entre escolas, universidades e comunidades indígenas constitui elemento relevante para o fortalecimento das ações formativas. Os estudos destacaram que experiências construídas em parceria tendem a produzir maior contextualização dos conteúdos e ampliar o protagonismo indígena na produção e circulação do conhecimento, contribuindo para reduzir distanciamentos entre políticas educacionais e realidades locais.

De maneira geral, os achados permitiram responder ao problema de pesquisa ao indicar que a formação docente contribui para a valorização dos saberes indígenas quando orientada por princípios interculturais, currículos inclusivos e processos permanentes de qualificação profissional. Entretanto, a literatura também demonstrou que persistem desafios relacionados à implementação prática dessas propostas, indicando a necessidade de fortalecer políticas públicas e estratégias institucionais voltadas à consolidação de uma educação comprometida com a pluralidade cultural.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa permitiu compreender que a formação docente exerce papel decisivo na valorização dos saberes indígenas e na consolidação da educação intercultural no contexto da Lei nº 11.645/2008. A análise da literatura demonstrou que o objetivo geral do estudo foi alcançado ao identificar contribuições, desafios e possibilidades relacionadas à preparação dos professores para o desenvolvimento de práticas pedagógicas comprometidas com o reconhecimento da diversidade cultural e com a ampliação dos espaços de diálogo entre diferentes formas de conhecimento.

Em resposta ao problema de pesquisa, os resultados indicaram que a formação docente pode contribuir significativamente para a valorização dos saberes indígenas quando desenvolvida de forma contínua, crítica e integrada às demandas socioculturais dos contextos educativos. Entretanto, verificou-se que a efetividade dessa contribuição depende da superação de limitações curriculares, da ampliação de

políticas de formação e da criação de condições institucionais que favoreçam a implementação efetiva dos princípios interculturais nas escolas.

Entre as limitações identificadas neste estudo destaca-se o fato de a investigação ter sido desenvolvida exclusivamente por meio de revisão de literatura, o que restringe a observação direta das práticas educativas e das experiências concretas dos sujeitos envolvidos. Ainda assim, os resultados produzidos oferecem elementos relevantes para ampliar reflexões acadêmicas e subsidiar ações voltadas ao fortalecimento da formação docente e da valorização dos conhecimentos indígenas nos espaços escolares.

Recomenda-se que futuras investigações ampliem a análise por meio de estudos empíricos envolvendo professores, estudantes e comunidades indígenas, permitindo aprofundar a compreensão sobre os impactos das práticas interculturais no cotidiano escolar. Também se sugere o desenvolvimento de propostas formativas e materiais pedagógicos que fortaleçam a implementação da legislação e contribuam para consolidar uma educação mais plural, participativa e comprometida com o reconhecimento dos saberes indígenas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Francisca Marli Rodrigues de; NOGUEIRA, Leticia Pereira Mendes. Temáticas indígenas na formação de Educadoras/es do Campo: entre avanços curriculares e limites estruturais. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, [S. l.], v. 11, p. e19129, 2026. DOI: 10.70860/ufnt.rbec.e19129. Disponível em: <https://periodicos.ufnt.edu.br/index.php/campo/article/view/19129>. Acesso em: 10 jun. 2026.

ANTUNES, Claudia Pereira; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Formação de professores indígenas numa perspectiva intercultural. **Práxis Educativa**, [S. l.], v. 7, p. 107–131, 2013. DOI: 10.5212/PraxEduc.v.7iEspecial.0005. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/5059>. Acesso em: 10 jun. 2026.

BRIGHENTI, Clovis Antonio. Revisitando a Lei 11645/2008: A Contribuição das Cosmologias Indígenas em Sala de Aula. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 16, n. 31, p. 3–21, 2022. DOI: 10.30612/rehr.v16i31.14849. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/14849>. Acesso em: 10 jun. 2026.

COSTA, Maria Adélia da; SILVA, Wilson Antonio da. Entre saberes, territórios e resistências: interculturalidade crítica na formação docente para a educação profissional. **Revista Educação e Emancipação**, São Luís, v. 18, p. e-26769, 2025. DOI: 10.18764/2358-4319v18e26769. Disponível em: <https://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/26769>. Acesso em: 10 jun. 2026.

GAUDÊNCIO, Jéssica da Silva; SILVEIRA, Rosemari Monteiro Castilho Foggiatto; MARTINS, Décio Ruivo. Saberes indígenas e ensino de ciências: a Lei 11.645/08 na dinâmica das relações étnico-raciais. **Rev. Pemo, Fortaleza**, v. 8, e16006, 2026. DOI: 10.47149/pemo.v8.e16006. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/405260755_Saberes_indigenas_e_ensino_de_ciencias_a_Lei_1164508_na_dinamica_das_relacoes_etnico-raciais. Acesso em: 10 jun. 2026.

GUIMARÃES, G. U.; SILVA, I. A. da. Por uma História que dê ouvidos: proposta de formação docente para executar a Lei 11645/2008 no sul de Minas Gerais. **InterAção**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. e89634, 2025. DOI: 10.5902/2357797589634. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/89634>. Acesso em: 10 jun. 2026.

GUIMARÃES, G. U.; SILVA, I. A. da. Por uma História que dê ouvidos: proposta de formação docente para executar a Lei 11645/2008 no sul de Minas Gerais. **InterAção**, [S. l.], v. 16, n. 1, p. e89634, 2025. DOI: 10.5902/2357797589634. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/interacao/article/view/89634>. Acesso em: 11 jun. 2026.

LIMA, A. G.; LINS, L. D.; WANDERLEY, M. M. S. de F.; FELLNER, A. M. R.; SANTOS, D. A.; ROCHA, P. A. M.; SOUZA, J. O. de; PAZ, I. P. da; BOAS, L. P. V.; CRUZ, L. R. F.; FERREIRA, M. da C. A formação docente saberes indígenas na escola e suas contribuições para a prática pedagógica na Escola Municipal Indígena Atikum. **Caderno Pedagógico**, [S. l.], v. 22, n. 11, p. e19708, 2025. DOI: 10.54033/cadpedv22n11-082. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/19708>. Acesso em: 17 jun. 2026.

MARTINS, Jordana Mendes Rezende Costa; SUANNO, João Henrique; RAMÍREZ, Núria Lorenzo; FERNANDES-SOBRINHO, Marcos. Juventude indígena e formação docente: desafios e perspectivas na educação intercultural. **Revista Educativa - Revista de Educação**, Goiânia, Brasil, v. 27, n. 1, p. 21–29, 2024. DOI: 10.18224/educ.v27i1.14875. Disponível em: <https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/educativa/article/view/14875>. Acesso em: 10 jun. 2026.

NAZARENO, Elias; MAGALHÃES, Sã'nia Maria de; FREITAS, Marco Túlio Urzeda. Interculturalidade Crítica, Transdisciplinaridade e Decolonialidade na Formação de Professores Indígenas do Povo Berò Biawa Mahadu/Javaé: Análise de Práticas Pedagógicas Contextualizadas em um Curso de Educação Intercultural Indígena. **Fronteira: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, [S. l.], v. 8, n. 3, p. 490–508, 2019. DOI: 10.21664/2238-8869.2019v8i3.p490-508. Disponível em: <https://revistas.unievangelica.edu.br/index.php/fronteiras/article/view/2814>. Acesso em: 11 jun. 2026.

PADILHA, C. J.; OLIVEIRA, I. B. de. Formação de docentes indígenas: licenciatura em Educação Especial Inclusiva Intercultural – novos olhares, novas perspectivas. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 19, n. 43, p. 71–90, 2025. DOI: 10.22420/rde.v19i43.2417. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/2417>. Acesso em: 11 jun. 2026.

PEREIRA, Leidiane Gomes; MELO, Iranira Germiniano. As contribuições da educação intercultural para a formação no ensino técnico integrado. **ARACÊ**, [S. l.], v. 7, n. 11, p. e10369, 2025. DOI: 10.56238/arev7n11-317. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/10369>. Acesso em: 11 jun. 2026.

SANTOS, Antônio Nacílio Sousa dos et al. Educação escolar indígena – a disputa entre o saber dos povos ancestrais e a engrenagem da fábrica educativa do capital. **ARACÊ**, [S. l.], v. 7, n. 5, p. 23039–23078, 2025. DOI: 10.56238/arev7n5-128. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/4952>. Acesso em: 10 jun. 2026.

Consolata Betânia Richil Rosas | Carina da Paixão Costa Sanches | Máira Santiago Pires Parente | Marcos Paulo Parente Araújo
| Huarlison de Souza Silva | João Sousa Amim | Talitha Munique Cibrão dos Santos Varela | Creuzeny Cavalcante Barbosa
Pinheiro | João Marcelo Botelho da Rocha | Livia de Araújo Sales

SOUZA, Adria Simone Duarte de; BETTIOL, Celia Aparecida; SOBRINHO, Roberto Sanches. Formação de professores indígenas: desafios e perspectivas a partir do currículo do curso de pedagogia intercultural indígena. **Revista Binacional Brasil-Argentina: Diálogo entre as ciências**, [S. l.], v. 9, n. 02, p. 17–36, 2020. DOI: 10.22481/rbba.v1i02.7767. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/rbba/article/view/7767>. Acesso em: 10 jun. 2026.

VIEIRA, Carlos Magno Naglis; COLMAN, Daniele Gonçalves. A Lei 11.645/08 e as Diferenças Étnico-Racial em Sala de Aula: Representações Docentes. **Revista Eletrônica História em Reflexão**, [S. l.], v. 16, n. 31, p. 152–158, 2022. DOI: 10.30612/rehr.v16i31.14830. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/historiaemreflexao/article/view/14830>. Acesso em: 11 jun. 2026.